



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	DIMENSÃO INSTITUCIONAL	3
3.	MISSÃO, VALORES E VISÃO DE FUTURO	3
4.	INTERVENTORIA DA CAPAF	3
5.	GESTÃO PREVIDENCIAL	4
6.	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	6
7.	GESTÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA	14
8.	FATOS RELEVANTES	15
9.	EVENTOS SUBSEQUENTES	17
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
11.	ANEXOS	
	POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS	
	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
	PARECERES ATUARIAIS	
	PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE	

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2015

1. APRESENTAÇÃO

Na forma determinada pela Resolução MPS/CGPC nº 23/2006, a CAPAF apresenta aos participantes, patrocinador, sociedade e órgãos reguladores o seu Relatório Anual de Informações, com o registro dos fatos de maior relevância ocorridos na Entidade no ano de 2015.

Respeitando a integridade das informações aqui contidas, estão anexados os principais documentos de informação e de avaliação do desempenho institucional no período, quais sejam, a Política de Investimentos, as Demonstrações Contábeis na data-base de 31/12/2015 e os Pareceres do Atuário e da Auditoria Independente.

2. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

A Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como entidade fechada de previdência complementar, instituída em 1969 sob a forma de sociedade civil pelo Banco da Amazônia S.A. com a denominação original de Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco da Amazônia S.A.

Tem por finalidade básica instituir, administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, acessíveis aos empregados dos patrocinadores Banco da Amazônia e da própria CAPAF, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela CAPAF têm como origem as contribuições de seus Patrocinadores e Participantes e os rendimentos resultantes das aplicações financeiras realizadas com observância às disposições da Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e normativos complementares.

A CAPAF é regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29/05/2001 e, por consequência, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e às Resoluções do Conselho Monetário Nacional, tornadas públicas pelo Banco Central do Brasil.

3. MISSÃO, VALORES E VISÃO DE FUTURO

Missão: Administrar planos de previdência complementar, proporcionando segurança e qualidade de vida a seus Participantes.

Valores: Respeito à vida e à dignidade humana; Responsabilidade socioambiental; Ética; Honestidade; Integridade; Competência; Confiabilidade; Qualidade; Democracia; Transparência; Sustentabilidade; Sinergia; Valorização do capital humano.

Visão de Futuro: Ser a melhor Administradora de planos de benefícios da Amazônia e referência nacional no ramo, motivo de orgulho para Patrocinadores, Participantes e Colaboradores.

4. INTERVENTORIA DA CAPAF (DESDE 04/10/2011)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC decretou a intervenção na CAPAF, pelo prazo inicial de 180 dias, nomeando como Interventor o Senhor Nivaldo Alves Nunes, conforme Portarias PREVIC nº 573 e 574, de 03/10/2011, publicadas no Diário Oficial da União de 04/11/2011.

Referida Intervenção vem sendo renovada sucessivamente, perdurando até a presente data (Portarias PREVIC nº 573 e 574, de 03/10/2011; nº 142, de 21/03/2012; nº 508, de 13/09/2012; nº 153, de 26/03/2013; nº 491, de 17/09/2013; nº 699, de 16/12/2013; nº 199, de 11/04/2014; nº 522, de 13/10/2014; nº 205, de 16/04/2015; e nº 536, de 08/10/2015, publicadas no Diário Oficial da União de 04/10/2011, 22/03/2012, 14/09/2012, 27/03/2013, 18/09/2013, 17 e 18/12/2013, 14/04/2014, 14/10/2014, 20/04/2015 e 13/10/2015, respectivamente).

Na forma do disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, a intervenção determinou a perda do mandato dos Diretores e dos Conselheiros (titulares e suplentes) da Entidade.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

5.1. PLANOS DE BENEFÍCIOS

São os seguintes os Planos de Benefícios administrados e executados pela CAPAF:

- Plano de Benefícios Previdenciais (BD): Modalidade: Benefício Definido. Homologado pelas Portarias nº 1.700, de 19/07/1979, e nº 2.590, de 03/08/1981, do então Ministério da Previdência e Assistência Social. Entrou em vigor em 14/08/1981. Registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 1981.0014-92. Plano em extinção.
- Plano Misto de Benefícios (CV): Modalidade: Contribuição Variável. Aprovado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Previdência Complementar-SPC, através do Ofício nº 3553/SPC/COJ, de 19/12/2000, entrou em vigor em 1º/06/2001. Registrado no CNPB sob o nº 2000.0084-29. A implantação deste Plano permanece em discussão na esfera judicial. Plano em extinção.
- Plano Saldado de Benefício Definido (BDS): Modalidade: Benefício Definido. Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 586, de 05/08/2010. Plano em vigor desde 01/01/2013. Registrado no CNPB sob o nº 2010.0033-65.
- Plano Misto de Benefício Saldado (CVS): Modalidade: Benefício Definido. Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 587, de 05/08/2010. Plano em vigor desde 01/01/2013. Registrado no CNPB sob o nº 2010.0032-92.
- Plano de Benefícios Previdenciários (PrevAmazônia): Modalidade: Contribuição Variável. Aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através da Portaria nº 585, de 05/08/2010. Plano em vigor desde 01/03/2013. Registrado no CNPB sob o nº 2010.0034-38.

5.2. POPULAÇÃO (BASE 31/12/2015)

TIPO DE PARTICIPANTE	PLANOS DE BENEFÍCIOS				
	BD	CV	BDS	CVS	Prev Amazônia
Ativos	202	48	347	277	1.460
Aposentados	585	69	343	273	0
Pensionistas	229	42	398	90	0
Total	1.016	159	1.088	640	1.460

Fonte: Gerências de Benefícios e de Contribuições

5.3. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS (em R\$ mil)

Os recursos previdenciais de 2015, representados pela arrecadação de contribuições pessoais e patronais (incluindo os repasses para pagamento das parcelas dos contratos financeiros dos Planos Saldados e contribuições para despesas administrativas), totalizaram R\$ 160.316 mil.

TIPO DE PARTICIPANTE	PLANOS DE BENEFÍCIOS				
	BD	CV	BDS	CVS	Prev Amazônia
Ativos	1.673	300	0	0	8.999
Assistidos	4.274	662	10.380	4.646	0
Patrocinador	2.922	706	89.684	27.089	8.981
Total	8.869	1.668	100.064	31.735	17.980

Fonte: Gerências de Benefícios e de Contribuições

Além desses recursos, o Banco da Amazônia repassou à CAPAF, em 2015, o montante de R\$ 35.651 mil, para a complementação da folha de benefícios do Plano BD, em cumprimento à decisão judicial.

5.4. BENEFÍCIOS PAGOS (em R\$ mil)

As despesas com benefícios de complementação de aposentadorias, pensões e pagamento de resgates de reserva de poupança totalizaram, no exercício de 2015, R\$ 113.869 mil. O quadro a seguir demonstra a composição dos recursos utilizados por tipo de despesas.

TIPO DE BENEFÍCIO	PLANOS DE BENEFÍCIOS				
	BD	CV	BDS	CVS	Prev Amazônia
Aposentadorias	37.453	3.491	26.642	18.709	0
Pensões	5.307	1.818	11.581	3.716	0
Pecúlios	1.366	231	1.337	219	0
Resgate	52	728	86	1.089	44
Total	44.178	6.268	39.646	23.733	44

Fonte: Gerências de Benefícios e de Contribuições

Os benefícios dos Planos Saldados foram reajustados no mês de janeiro/2015 pela variação do INPC-IBGE. Os benefícios do Plano CV foram reajustados no mês de janeiro/2015 pela variação do INPC-IBGE ou pela variação da cota, conforme a opção feita pelo participante por ocasião da migração para o Plano. Os benefícios do Plano BD, em cumprimento a decisão judicial, foram reajustados em setembro/2015, na mesma época e percentual dos empregados ativos do Banco da Amazônia.

5.5. HIPÓTESES ATUARIAIS

O quadro abaixo demonstra as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial/2015 dos Planos de Benefícios, apuradas por meio de estudos técnicos de aderência, elaborados pela Consultoria Atuarial da CAPAF, em atendimento à Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015.

PREMISSAS	PLANO BD	PLANO CV	PLANO BDS	PLANO CVS	PREVAMAZÔNIA
Hipóteses Biométricas					
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000, suavizada em 10% (segregada por sexo)				
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss				
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas, suavizada em 20%	Álvaro Vindas, suavizada em 20%	Não Aplicável	Não Aplicável	Álvaro Vindas, suavizada em 20%
Rotatividade	1,99%	1,99%	Não Aplicável	Não Aplicável	1,99%
Composição Familiar	Ativos: 90% casados, esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real Informada				
Aposentadoria	1ª elegibilidade				
Hipóteses Financeiras					
Taxa Real de Juros	5,11%	5,14%	5,14%	5,11%	4,92%
Inflação	5,13%				
Crescimento Salarial Real	0,5%	0,5%	Não Aplicável	Não Aplicável	0,5%
Crescimento Real de Benefícios	0,00%				
Capacidade Salarial e de Benefícios	98,00%				
Número de Benefícios	13				
Duration (anos)	7,10	7,00	7,50	7,60	11,20
Modalidade do Plano	Benefício Definido	Contribuição Variável	Benefício Definido	Benefício Definido	Contribuição Variável
CNPB	19.810.014-92	20.000.084-29	2010.0033-65	2010.0032-92	2010.0034-38
Patrocinador Principal	Banco da Amazônia				
Atuário	Deloitte Touche Tohmatsu				

Fonte: Deloitte e Consultoria Técnica

6. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em 2015 a taxa de juros (Selic) apresentou crescimento de 21%, passando de 11,75% em janeiro para 14,25% em dezembro. Com essa medida o Banco Central pretendeu conter a pressão de alta da inflação (INPC), que terminou o ano em 11,27% (a maior dos últimos 12 anos).

A instabilidade, especialmente política, vivenciada durante todo o ano de 2015 produziu inúmeros resultados adversos na economia, nesse particular o mercado de trabalho, renda, fiscal e investimentos, com reflexo direto no aumento do dólar 47% (R\$ 1,00 = US\$ 3,90) e queda na bolsa de valores -13,3% (43.349 pontos).

A instabilidade política produziu durante todo o ano volatilidade intensa nos mercados de juros futuros, moedas e ações, o que impossibilitou a preservação de estratégias de médio e longo prazos.

Diante dos insucessos das medidas adotadas pela autoridade monetária, com vistas a conter a alta da inflação e reduzir o déficit fiscal, os investidores foram compelidos a adquirir títulos públicos (NTN-B), de forma a proteger o capital em face da elevada inflação e de juros anuais superiores a 6%.

As persistentes volatilidades nos juros futuros e inflação dificultaram sobremaneira a obtenção de taxas de retornos compatíveis com as metas de rentabilidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa.

Em 2015 os principais indicadores de desempenho dos planos de benefícios foram os seguintes: **(a)** meta atuarial: 17,39% (INPC + 5,5% a.a.); **(b)** CDI-Cetip: 13,23%; e **(c)** IMA-B: 8,88%.

No mesmo período a carteira consolidada dos investimentos apresentou taxa de retorno de 11,91%, o que representou 68,5% da meta atuarial e 90,0% do CDI.

6.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Com base nas mudanças introduzidas pela Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, a CAPAF adota desde 2013 a segregação real na gestão de recursos dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2015			
Meta Atuarial	Indexador: INPC + Taxa de Juros: 5,50% a.a.		
Interventor	Nivaldo Alves Nunes		
Riscos Controlados	Mercado e Crédito		
Diretrizes de Alocação de Recursos	Considerados elegíveis os ativos de investimentos permitidos no normativo, Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.		
Cenários Considerados	INPC	SELIC ⁽¹⁾	IBX-100 ⁽²⁾
Ano 2015	6,10%	12,50%	55.200
Ano 2016	5,50%	11,50%	63.500
Ano 2017	5,50%	10,50%	73.000
Ano 2018	5,50%	10,50%	83.900
Ano 2019	5,50%	10,50%	96.500

Fonte: Consultoria de Investimentos.

Nota 1: Taxa média no ano.

Nota 2: Números de pontos no final do ano.

6.2. PORTFÓLIOS E TAXAS DE RETORNO DOS INVESTIMENTOS, POR PLANO

6.2.1. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDO

Quadro 1

PATRIMÔNIO - PLANO BD					
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2015	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	4.627.353	3.707.207	100,0	(19,9)	
Renda Fixa	0	0	0,0	0,0	100
Renda Variável	0	0	0,0	0,0	70
Estruturado	0	0	0,0	0,0	20
Imobiliário	3.050.445	2.991.431	80,7	(1,9)	8
Brasília	3.050.445	2.991.431	80,7	(1,9)	
Empréstimos ao Participante	1.576.908	715.776	19,3	(54,6)	15
BD	1.576.908	715.776	19,3	(54,6)	

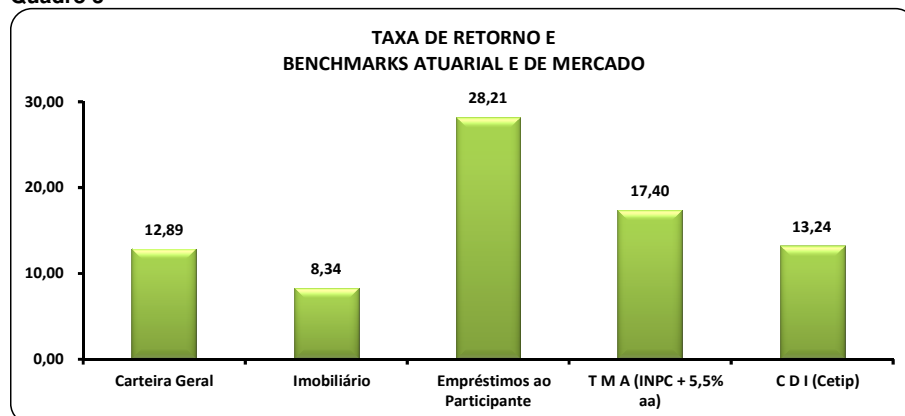
Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos e Gerência de Contabilidade.

Quadro 2

RENTABILIDADE - PLANO BD		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2014	2015
Carteira Geral	0,78	12,89
Renda Fixa	0,00	0,00
Renda Variável	0,00	0,00
Estruturado	0,00	0,00
Imobiliário	15,42	8,34
Empréstimos ao Participante	(9,86)	28,21
T M A (INPC + 5,5% aa)	12,34	17,40
C D I (Cetip)	10,81	13,24
Desempenho do Plano (TMA)	6,3	74,1
Desempenho do Plano (CDI)	7,2	97,3

Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos.

Quadro 3



O Plano BD encerrou 2015 com portfólio de investimentos de R\$ 3.707 mil, distribuídos em (i) imóveis 80,7%; e (ii) empréstimos aos participantes 19,3% (ver quadro 1).

Em 2015 o Plano BD apresentou redução patrimonial de 19,9%, justificado pela recuperação dos investimentos no segmento de empréstimos e consequente utilização dos recursos para pagamento dos compromissos do Plano.

Quanto aos limites de macroalocação dos recursos (Resolução CMN n° 3.792/2009) o Plano encerrou 2015 com desenquadramento em ambos os segmentos, em decorrência de redução patrimonial (ver quadro 1).

O Plano de Benefícios obteve taxa de retorno de 12,89%, que representou 74,0% da meta atuarial e 97,3% do CDI (ver quadro 2).

6.2.2. PLANO CV

Quadro 1

PATRIMÔNIO - PLANO CV					
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2015	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	58.687.921	59.780.673	100,0	1,9	
Renda Fixa	44.348.302	45.840.825	76,7	3,4	100
CCB - Raesa	996.836	1.051.571	1,8	5,5	
Debêntures - Vale	28.667	10.203	0,0	(64,4)	
Títulos Públicos - STNC	14.629.691	14.323.885	24,0	(2,1)	
Multimercado - Plano CV FIC	28.308.945	29.792.020	49,8	5,2	
Multimercado - Fator Sigma FIC FIM	23.595	18.140	0,0	(23,1)	
FRF - Votorantim Institucional	42.320	392.843	0,7	828,3	
FRF - Portfólio Master I	280.782	252.163	0,4	(10,2)	
FRF - BTG Pactual Capital Market	37.467	0	0,0	0,0	
Renda Variável	429.270	335.601	0,6	(21,8)	70
Ações - Banco Amazônia	61.133	61.133	0,1	0,0	
Ações - Celesc ON	334.926	252.330	0,4	(24,7)	
Ações - Celesc PNB	17.224	11.548	0,0	(33,0)	
Ações - Bradesco	15.987	10.590	0,0	(33,8)	
Estruturado	1.112.365	1.110.845	1,9	(0,1)	20
FIP - Multiner	1.112.365	1.110.845	1,9	(0,1)	
Imobiliário	12.604.477	12.415.653	20,8	(1,5)	8
Brasília	3.433.261	3.366.845	5,6	(1,9)	
Pátio Belém	5.908.110	5.824.221	9,7	(1,4)	
WTC SP	3.263.106	3.224.587	5,4	(1,2)	
Empréstimos ao Participante	193.506	77.748	0,1	(59,8)	15
CV	193.506	77.748	0,1	(59,8)	

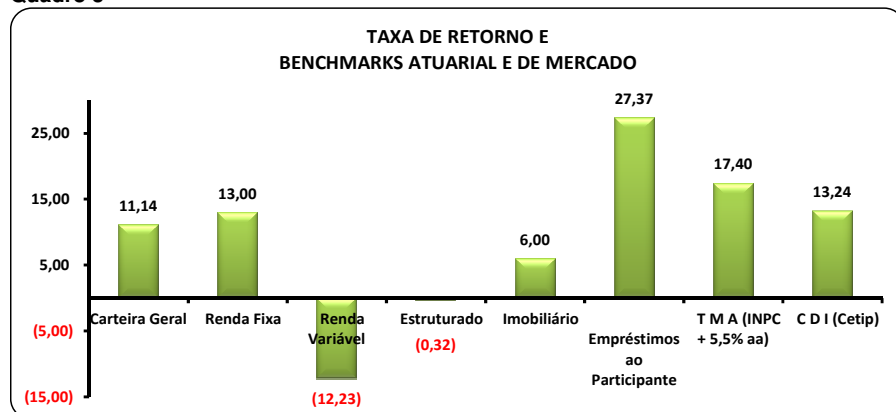
Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos e Gerência de Contabilidade.

Quadro 2

RENTABILIDADE - PLANO CV		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2014	2015
Carteira Geral	14,16	11,14
Renda Fixa	9,82	13,00
Renda Variável	(0,78)	(12,23)
Estruturado	(2,22)	(0,32)
Imobiliário	36,89	6,00
Empréstimos ao Participante	16,72	27,37
TMA (INPC + 5,5% aa)	12,34	17,40
CDI (Cetip)	10,81	13,24
Desempenho do Plano (TMA)	114,8	64,1
Desempenho do Plano (CDI)	130,9	84,2

Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos.

Quadro 3



O Plano CV encerrou 2015 com portfólio de investimentos de R\$ 59.780 mil, distribuídos em (i) renda fixa 76,7%; (ii) renda variável 0,6%; (iii) estruturado 1,9%; (iv) imóveis 20,8%; e (v) empréstimos aos participantes 0,1% (ver quadro 1).

Em 2015 o Plano apresentou crescimento patrimonial de 1,9%, justificado pela valorização de mercado no segmento de renda fixa.

Quanto aos limites de macroalocação dos recursos (Resolução CMN nº 3.792/2009), encerrou 2015 com desenquadramento no segmento imobiliário, em decorrência da histórica redução patrimonial do Plano (ver quadro 1).

O Plano de Benefícios obteve taxa de retorno de 11,14%, que representou 64,0% da meta atuarial e 84,1% do CDI (ver quadro 2).

6.2.3. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO SALDADO

Quadro 1

PATRIMÔNIO - PLANO BD SALDADO					
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2015	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	38.245.390	67.445.447	100,0	76,3	
Renda Fixa	37.516.302	67.117.172	99,5	78,9	100
FIC - FI BD Saldado Votorantim	37.516.302	67.117.172	99,5	78,9	
Renda Variável	0	0	0,0	0,0	70
Estruturado	0	0	0,0	0,0	20
Imobiliário	0	0	0,0	100,0	8
Empréstimos ao Participante	729.089	328.275	0,5	0,0	15
BD Saldado	729.089	328.275	0,5	(55,0)	

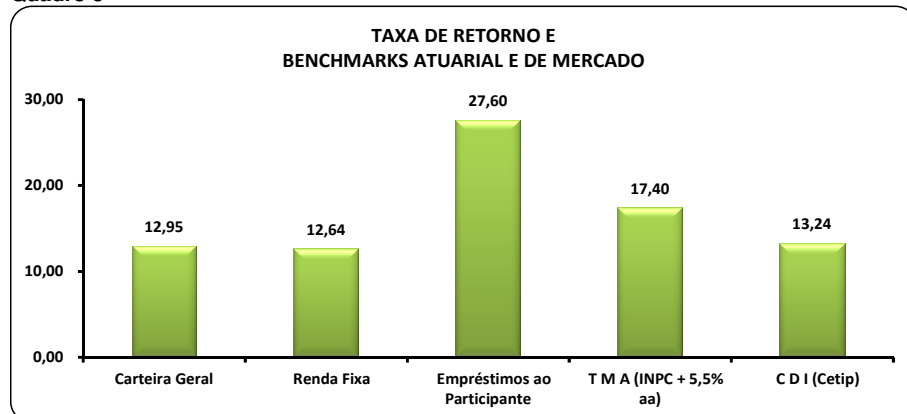
Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos e Gerência de Contabilidade.

Quadro 2

RENTABILIDADE - PLANO BD SALDADO		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2014	2015
Carteira Geral	9,31	12,95
Renda Fixa	10,65	12,64
Renda Variável	0,00	0,00
Estruturado	0,00	0,00
Imobiliário	0,00	0,00
Empréstimos ao Participante	(8,01)	27,60
T M A (INPC + 5,5% aa)	12,34	17,40
C D I (Cetip)	10,81	13,24
Desempenho do Plano (TMA)	75,5	74,5
Desempenho do Plano (CDI)	86,1	97,8

Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos.

Quadro 3



O Plano BD Saldado encerrou 2015 com portfólio de investimentos de R\$ 67.445 mil, distribuídos em (i) renda fixa 99,5%; e (ii) empréstimos aos participantes 0,5% (ver quadro 1).

Em 2015 o Plano apresentou crescimento patrimonial de 76,3%, justificado pelos repasses contratuais do Patrocinador e valorização de mercado no segmento de renda fixa.

Quanto aos limites de macroalocação dos recursos (Resolução CMN nº 3.792/2009) o Plano encerrou 2015 sem desenquadramento (ver quadro 1).

O Plano de Benefícios obteve taxa de retorno de 12,95%, que representou 74,4% da meta atuarial e 97,8% do CDI. (ver quadro 2)

6.2.4. PLANO CV SALDADO

Quadro 1

PATRIMÔNIO - PLANO CV SALDADO					
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2015	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	246.264.605	273.811.152	100,0	11,2	
Renda Fixa	191.736.331	220.897.877	80,7	15,2	100
CCB - Raesa	3.582.109	3.778.795	1,4	5,5	
Debêntures - Vale	337.386	120.086	0,0	(64,4)	
Títulos Públicos - STNC	52.570.546	51.471.660	18,8	(2,1)	
FRF - BTG Pactual Market	1.034.237	9.459	0,0	(99,1)	
FRF - Votorantim Institucional	3.072.391	2.810.939	1,0	(8,5)	
FRF - Portfólio Master I	1.009.004	906.161	0,3	(10,2)	
FRF - BB Previdenciário Título Público IX	0	27.341.922	10,0	100,0	
Multimercado - BB Amazônia RF	81.472.565	134.337.687	49,1	64,9	
Multimercado - Itaú Belém FIC FIM	48.547.471	0	0,0	0,0	
Multimercado - Fator Sigma FIC FIM	110.624	121.167	0,0	9,5	
Renda Variável	1.524.545	1.194.041	0,4	(21,7)	70
Ações - Banco Amazônia	219.678	219.678	0,1	0,0	
Ações - Celesc ON	1.203.560	906.750	0,3	(24,7)	
Ações - Celesc PNB	61.865	41.478	0,0	(33,0)	
Ações - Bradesco	39.443	26.134	0,0	(33,7)	
Estruturado	3.996.810	3.991.350	1,5	(0,1)	20
FIP - Multiner	3.996.810	3.991.350	1,5	(0,1)	
Imobiliário	48.069.582	47.316.639	17,3	(1,6)	8
Brasília	13.689.148	13.424.313	4,9	(1,9)	
Pátio Belém	22.062.459	21.727.949	7,9	(1,5)	
WTCSP	12.317.974	12.164.378	4,4	(1,2)	
Empréstimos ao Participante	937.337	411.246	0,2	(56,1)	15
CV Saldado	937.337	411.246	0,2	(56,1)	

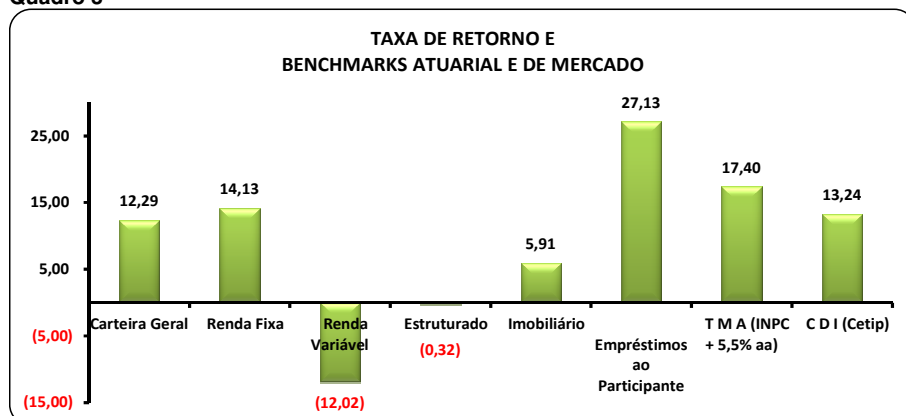
Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos e Gerência de Contabilidade.

Quadro 2

RENTABILIDADE - PLANO CV SALDADO		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2014	2015
Carteira Geral	14,22	12,29
Renda Fixa	9,89	14,13
Renda Variável	(5,99)	(12,02)
Estruturado	(2,84)	(0,32)
Imobiliário	39,20	5,91
Empréstimos ao Participante	19,01	27,13
TMA (INPC + 5,5% aa)	12,34	17,40
CDI (Cetip)	10,81	13,24
Desempenho do Plano (TMA)	115,2	70,6
Desempenho do Plano (CDI)	131,5	92,8

Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos.

Quadro 3



O Plano CV Saldado encerrou 2015 com portfólio de investimentos de R\$ 273.811 mil, distribuídos em **(i)** renda fixa 80,7%; **(ii)** renda variável 0,4%; **(iii)** estruturado 1,5%; **(iv)** imóveis 17,3%; e **(v)** empréstimos aos participantes 0,2% (ver quadro 1).

Em 2015 o Plano apresentou crescimento patrimonial de 11,2%, justificado pela valorização de mercado e recebimento de cupons mensais no segmento de renda fixa.

Quanto aos limites de macroalocação dos recursos (Resolução CMN nº 3.792/2009), o Plano encerrou 2015 com desequilíbrio no segmento imobiliário, em decorrência de reavaliações positivas de mercado em anos anteriores (ver quadro 1).

O Plano de Benefícios obteve taxa de retorno de 12,29%, que representou 70,6% da meta atuarial e 92,8% do CDI (ver quadro 2).

6.2.5. PLANO PREVAMAZÔNIA

Quadro 1

PATRIMÔNIO - PLANO PREVAMAZÔNIA					
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2015	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	23.069.289	42.721.117	100,0	85,2	100
Renda Fixa	23.069.289	42.721.117	100,0	85,2	
FRF - BB Previdenciário Perfil	0	17.371.684	40,7	100,0	
FRF - BTG Pactual Market	324.862	0	0,0	0,0	
Multimercado - PrevAmazônia FIC	22.744.428	25.349.433	59,3	11,5	
Renda Variável	0	0	0,0	0,0	70
Estruturado	0	0	0,0	0,0	20
Imobiliário	0	0	0,0	0,0	8
Empréstimos ao Participante	0	0	0,0	0,0	15

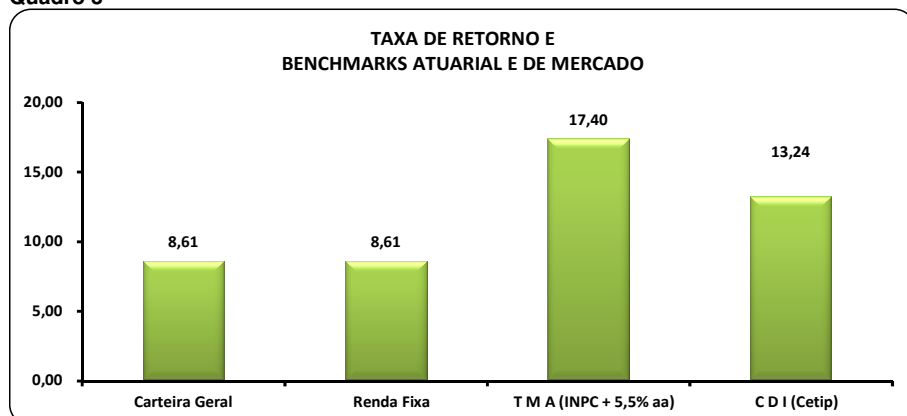
Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos e Gerência de Contabilidade.

Quadro 2

RENTABILIDADE - PLANO PREVAMAZÔNIA		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2014	2015
Carteira Geral	3,71	8,61
Renda Fixa	3,71	8,61
Renda Variável	0,00	0,00
Estruturado	0,00	0,00
Imobiliário	0,00	0,00
Empréstimos ao Participante	0,00	0,00
TMA (INPC + 5,5% aa)	12,34	17,40
CDI (Cetip)	10,81	13,24
Desempenho do Plano (TMA)	30,1	49,5
Desempenho do Plano (CDI)	34,3	65,0

Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos.

Quadro 3



O Plano PrevAmazônia encerrou 2015 com portfólio de investimentos de R\$ 42.721 mil, alocados integralmente no segmento de renda fixa (ver quadro 1).

Em 2015 o Plano apresentou crescimento patrimonial de 85,2%, justificado pelas receitas de contribuição mensal e valorização de mercado no segmento de renda fixa.

Quanto aos limites de macroalocação dos recursos (Resolução CMN nº 3.792/2009), o Plano encerrou 2015 sem desenquadramento (ver quadro 1).

O Plano de Benefícios obteve taxa de retorno de 8,61%, que representou 49,5% da meta atuarial e 65,0% do CDI (ver quadro 2).

6.2.6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Quadro 1

PATRIMÔNIO - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	DEZEMBRO/2014	DEZEMBRO/2015	%	Δ %	Resolução CMN 3.792/2009
Carteira Geral	19.794.574	25.222.494	100,0	27,4	100
Renda Fixa	18.536.365	24.041.109	95,3	29,7	
CCB - Raesa	739.130	717.218	2,8	(3,0)	
Debêntures - Vale	65.214	23.212	0,1	(64,4)	
FRF - BTG Pactual Market	480.680	0	0,0	0,0	
FRF - SulAmérica Exclusive	0	2.413.229	9,6	100,0	
FRF - Votorantim Institucional	12.389.847	2.972.736	11,8	(76,0)	
FRF - Portfólio Master I	225.565	202.575	0,8	(10,2)	
FRF - Caixa Brasil 2016 II	0	2.141.106	8,5	100,0	
FRF - Votorantim Premium Banks	0	8.063.944	32,0	100,0	
Multimercado - Fator Sigma	353.194	368.043	1,5	4,2	
FRF - SulAmérica Excellence	4.282.734	7.139.047	28,3	66,7	
Renda Variável	348.091	272.512	1,1	(21,7)	70
Ações - Banco Amazônia	50.028	50.028	0,2	0,0	
Ações - Celesc ON	274.081	206.490	0,8	(24,7)	
Ações - Celesc PNB	14.095	9.451	0,0	(33,0)	
Ações - Bradesco	9.887	6.544	0,0	(33,8)	
Estruturado	910.117	908.874	3,6	(0,1)	20
FIP - Multiner	910.117	908.874	3,6	(0,1)	

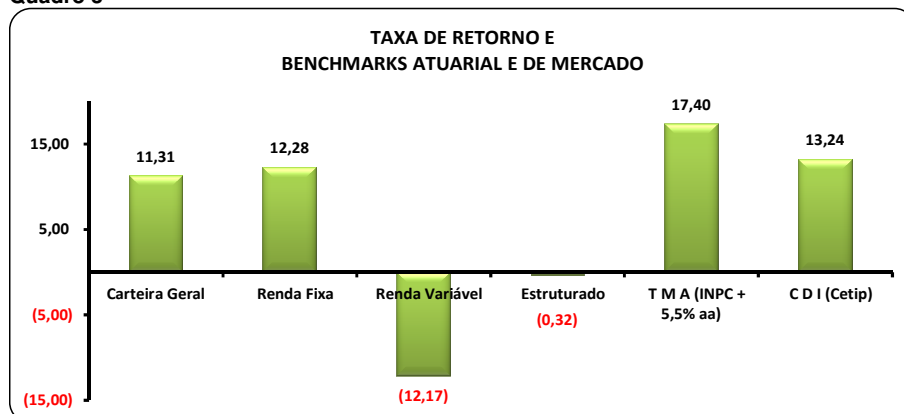
Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos e Gerência de Contabilidade.

Quadro 2

RENTABILIDADE - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2014	2015
Carteira Geral	8,69	11,31
Renda Fixa	9,55	12,28
Renda Variável	(0,96)	(12,17)
Estruturado	(0,38)	(0,32)
Imobiliário	0,00	0,00
Empréstimos ao Participante	0,00	0,00
T M A (INPC + 5,5% aa)	12,34	17,40
C D I (Cetip)	10,81	13,24
Desempenho do Plano (TMA)	70,4	65,0
Desempenho do Plano (CDI)	80,3	85,4

Fonte: Consultoria Técnica de Investimentos.

Quadro 3



O Plano de Gestão Administrativa encerrou 2015 com portfólio de investimentos de R\$ 25.222 mil, distribuídos em (i) renda fixa 95,3%; (ii) renda variável 1,1%; e (iii) estruturado 3,6% (ver quadro 1).

Em 2015 o PGA apresentou crescimento patrimonial de 27,4%, decorrente da valorização de mercado e do provisionamento de recursos para pagamento de obrigações do Plano BD, tendo em conta a insuficiência de receitas para cobertura das despesas previdenciais e administrativas do Plano.

Quanto aos limites de macroalocação dos recursos (Resolução CMN n° 3.792/2009), o Plano encerrou 2015 sem desenquadramentos (ver quadro 1).

O PGA obteve taxa de retorno de 11,31%, que representou 65,0% da meta atuarial e 85,4% do CDI (ver quadro 2).

7. GESTÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA

7.1. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS, DÉFICITS E SUPERÁVITS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS E CONSOLIDADO (2015 / 2014)

CONTAS	2015 (por Plano)					
	BD	CV	BDS	CVS	PrevAmaz	Total
(+) Ativo Total	27.463	64.027	660.330	415.573	42.742	1.210.135
(-) Exigível Operacional	124.560	1.723	512	297	12	127.104
(-) Exigível Contingencial	58.469	5.424	1.405	51	-	65.349
(-) Fundos ñ Previdenciais	-	1.738	5.574	9.437	17	16.766
(=) Ativo Líquido	(155.566)	55.142	652.839	405.788	42.713	1.000.916
(-) Provisões Matemáticas	594.160	83.908	549.582	379.346	42.152	1.649.148
(-) Fundo Previdencial	-	1.422	34.755	24.669	561	61.407
(=) Déficit / Superávit Técnico	(749.726)	(30.188)	68.502	1.773	0	(709.639)
CONTAS	2014 (por Plano)					
	BD	CV	BDS	CVS	PrevAmaz	Total
(+) Ativo Total	28.177	63.249	622.541	405.471	23.071	1.142.508
(-) Exigível Operacional	122.690	1.863	209	1.368	60	126.190
(-) Exigível Contingencial	63.054	5.275	968	52	-	69.348
(-) Fundos ñ Previdenciais	1	1.523	3.954	7.815	-	13.293
(=) Ativo Líquido	(157.568)	54.588	617.410	396.236	23.011	933.677
(-) Provisões Matemáticas	542.849	79.205	569.043	352.174	23.062	1.566.334
(-) Fundo Previdencial	-	763	-	-	74	837
(=) Déficit / Superávit Técnico	(700.417)	(25.380)	48.366	44.062	(125)	(633.494)

Fonte: Gerência de Contabilidade

As demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas estão disponíveis no Anexo 02.

7.2. ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO

7.2.1 RECEITAS

RECEITAS ADMINISTRATIVAS				
GRUPOS DE RECEITAS	2014	2015	RESULTADO COMPARATIVO	
			R\$	Varição %
PREVIDENCIAL	1.009.536,90	1.180.683,90	171.147,00	16,95
INVESTIMENTOS	1.582.617,11	1.544.909,78	(37.707,33)	-2,38
OUTRAS	3.888.747,39	4.734.755,37	846.007,98	21,76
TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6.480.901,40	7.460.349,05	979.447,65	15,11

Fonte: Gerência de Contabilidade

As receitas administrativas realizadas em 2015 totalizam R\$ 7.460 mil, que comparadas a 2014 apontaram crescimento nominal de 15,1%. No comparativo anual, essas receitas apresentaram os seguintes resultados: **(a)** Previdencial – crescimento de 16,9% (R\$ 171 mil); **(b)** Investimentos – redução de 2,3% (R\$ 37 mil); e **(c)** Outras – crescimento de 21,7% (R\$ 846 mil).

O resultado ratifica a repactuação entre participantes, entidades e patrocinadora na organização do passivo atuarial dos planos de benefícios. Neste ano a carteira de investimentos rentabilizou valor menor que o ano anterior, em virtude das adversidades de mercado, essa decorrente das condições macroeconômicas e políticas.

Em observância à Resolução CGPC n° 29, de 31/08/2009, que trata das fontes e limites do custeio administrativo, a CAPAF utiliza como critério balizador dos gastos administrativos o instrumento denominado Taxa de Carregamento, cujo limite máximo corresponde a 9% do somatório das contribuições e benefícios dos planos.

7.2.2 DESPESAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
GRUPOS DE DESPESAS	2014	2015	RESULTADO COMPARATIVO	
			R\$	Variação %
PESSOAL	1.494.879,02	1.613.094,98	118.215,96	7,91
ENCARGOS	539.544,72	582.791,30	43.246,58	8,02
ASSISTÊNCIA PESSOAL	515.677,04	551.900,39	36.223,35	7,02
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	27.277,66	25.552,70	(1.724,96)	-6,32
DIRETORIA / INTERVENÇÃO	168.767,26	199.346,84	30.579,58	18,12
SERVIÇO DE TERCEIROS	1.518.405,31	1.589.874,62	71.469,31	4,71
SUPRIMENTOS/GERAIS	229.914,79	179.796,59	(50.118,20)	-21,80
DEPRECIÇÃO	21.321,25	19.221,65	(2.099,60)	-9,85
IMÓVEL	79.971,00	81.614,64	1.643,64	2,06
AMORTIZAÇÃO	234.007,26	161.027,54	(72.979,72)	-31,19
OUTRAS (Tafic, PIS, Cofins, Encargos da Massa e Outras)	394.265,45	647.244,51	252.979,06	64,16
TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.224.030,76	5.651.465,76	427.435,00	8,18

Fonte: Gerência de Contabilidade

As despesas administrativas realizadas em 2015 totalizam R\$ 5.651 mil, que comparadas a 2014 apontaram crescimento nominal de R\$ 427 mil (8,18%).

Em 2015 os índices de inflação medidos pelo INPC-IBGE (pessoal) e IGPM-FGV (serviços), que reajustam os preços das despesas administrativas, apresentaram variação de 11,27% e 10,54%, respectivamente.

No comparativo anual, essas despesas apresentaram os seguintes resultados: **(a)** Empregados – crescimento de 7,6% (R\$ 195 mil); **(b)** Intervenção – crescimento de 18,1% (R\$ 30 mil); **(c)** Serviços Terceiros – crescimento de 4,7% (R\$ 71 mil); **(d)** Suprimentos – redução de 21,8% (R\$ 50 mil); **(e)** Depreciações – redução de 21,9% (R\$ 73 mil); e **(f)** Imposto – aumento de 64,1% (R\$ 252 mil).

8. FATOS RELEVANTES

1. Regime de Intervenção na Entidade

Diante do total desequilíbrio e exaustão dos recursos financeiros do Plano BD, em março/2012 o Interventor da CAPAF apresentou ao Patrocinador Banco da Amazônia proposta adicional àquela aprovada pela PREVIC em agosto/2010, manifestando entendimento de que a melhor opção seria a implantação dos Planos Saldados juntamente com o lançamento do PrevAmazônia e negociação do passivo trabalhista (acordo judicial nos autos) com aqueles que pleiteavam os benefícios da Portaria nº 375/1969.

A proposta foi submetida pelo Banco da Amazônia à análise da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Em junho/2012 os órgãos consultados concluíram pela adoção da solução sugerida pelo Interventor da CAPAF.

Assim, em agosto/2012, tiveram início o prazo para adesão aos Planos Saldados e as audiências de conciliação nos diversos Tribunais Regionais para homologação dos acordos judiciais, envolvendo o pagamento, pelo Banco da Amazônia, de valores referentes às ações interpostas até 04/10/2011 (data de início da intervenção da CAPAF) que tinham como objetos direitos pretensamente assegurados pela Portaria BASA nº. 375, de 04/12/1969.

A possibilidade de acordo judicial abria a perspectiva de redução substancial das demandas judiciais e, conseqüentemente, da elevação do índice de adesão aos Planos Saldados.

Todavia, essa expectativa não se concretizou, de forma que, compilados os dados relacionados às adesões aos novos planos saldados, em 31/12/2012, o percentual de aceitação foi de 52%.

Mediante Portarias nºs 562, 563 e 564, de 03/10/2012, a PREVIC autorizou a prorrogação, por 11 (onze) meses, a contar de 28/03/2012, do prazo para o início do funcionamento dos novos planos de benefícios da CAPAF.

De posse da base de dados daqueles participantes que fizeram adesão, a Consultoria Deloitte elaborou estudo de avaliação técnica e concluiu pela viabilidade de implantação dos planos saldados.

A assessoria jurídica também foi favorável à implantação dos planos saldados, embora tenha feito ressalvas quanto às incertezas jurídicas em relação às ações judiciais em trâmite.

Dessa forma, o Interventor da CAPAF foi favorável à implantação dos Planos Saldados, uma vez que a medida atendia aos anseios da maioria dos participantes, que passariam a contar com planos de benefícios equilibrados financeiramente e ajustados à legislação atual da previdência complementar.

A implantação desses novos planos mostrou-se decisiva para a continuidade e o fortalecimento da CAPAF como entidade fechada de previdência complementar e permitiu a implantação do novo plano PrevAmazônia, dando oportunidade a que aproximadamente 2.000 novos empregados do Banco da Amazônia pudessem aderir a esse novo plano.

O Banco da Amazônia comunicou à CAPAF que o Conselho de Administração do Banco aprovou a implantação dos Planos BDS e CVS (a contar de 01/01/2013) e do PrevAmazônia (a contar de 01/03/2013).

Em 08/02/2013 foram formalizados os correspondentes contratos financeiros em que o Banco da Amazônia assumiu o compromisso pelo repasse à CAPAF dos recursos da ordem de R\$ 646.934 mil, alusivos aos participantes assistidos que fizeram a adesão, na forma prevista na Resolução CGPC nº 17, de 11/06/1996.

Referidos Contratos foram aditivados conforme abaixo:

1º Aditivo, em 31/07/2013: para permitir um aporte adicional de R\$ 38.393 mil, totalizando R\$ 685.327 mil, em função das alterações e adesões finais ao cadastro de participantes que ingressaram nos Planos Saldados;

2º Aditivo, em 20/11/2015: para alterar, de março para novembro, a data da avaliação atuarial, cujos resultados servem de base para eventuais ajustes contratuais;

3º Aditivo, em 31/12/2015: para adequar o Contrato à nova legislação das entidades fechadas de previdência complementar, concernente à taxa de juros real utilizada nas avaliações atuariais, bem como para ajustar valores decorrentes da avaliação atuarial com base em 30/11/2015, e para adequar critérios e metodologias da atualização mensal do valor dos Contratos.

Como o saldamento dos planos antigos contemplou apenas 52% dos participantes, persiste a situação de total desequilíbrio econômico-financeiro dos Planos BD e CV, que abrigam os participantes que não fizeram opção pelos Planos Saldados. Novas alternativas estão em estudo para a solução do problema e, conseqüentemente, para o encerramento do regime especial de intervenção.

De ressaltar que os Planos Saldados e PrevAmazônia apresentam equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, inclusive com superávit técnico neste exercício.

2. Decisão Judicial: Suspensão da Liquidação Extrajudicial dos Planos BD e CV

Por meio das Portarias nº 108 e 110, de 07/03/2013, publicadas no DOU de 08/03/2013, a PREVIC decretou a liquidação extrajudicial dos Planos BD e CV tendo sido nomeado administrador especial, conforme Portarias PREVIC nº 109 e 111, de 07/03/2013, também publicadas no DOU de 08/03/2013.

Todavia, em setembro/2013 foram suspensos os procedimentos de liquidação dos Planos BD e CV, em cumprimento às liminares concedidas pela 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal do TRF da 1ª Região (Mandados de Segurança nº 26059-88.2013.4.01.3400 e nº 36147-88.2013.4.01.3400). Ainda não ocorreu o julgamento do mérito dessas Ações Judiciais.

3. Decisão Judicial: Pagamento dos benefícios dos assistidos do Plano BD

Diante da exaustão dos recursos líquidos do Plano BD, a CAPAF ficou impossibilitada de efetuar o pagamento integral da folha de benefícios a partir de março/2011 aos assistidos de responsabilidade da Entidade vinculados àquele Plano.

Por força de decisão prolatada na Reclamação Trabalhista nº 0000302-75.2011.5.8.0008, 8ª VT Belém-Pa, o Banco da Amazônia vem repassando mensalmente à CAPAF recursos complementares da folha de pagamento dos assistidos do Plano BD.

Enquanto aguarda o desfecho dessa Ação Judicial, a CAPAF vem adotando as providências de sua alçada, viabilizando a geração da folha de benefícios e providenciando o respectivo crédito dos valores líquidos.

Entre 23/03/2011 a 31/12/2015 o montante repassado pelo Banco da Amazônia atingiu R\$ 168.782 mil. Desse total, o valor de R\$ 35.651 mil refere-se a 2015.

4. Decisão Judicial: Aporte de recursos do Banco da Amazônia à CAPAF.

Permanece em andamento o Processo nº 1164-2001-001.16.00.2, 1ª Vara do Trabalho de São Luis – MA, em que o Banco da Amazônia foi condenado a aportar à CAPAF recurso equivalente ao valor do déficit técnico da Entidade. O Procurador-Chefe da União no Estado do Maranhão impetrou Ação Rescisória (AR nº 0016098-06.2014.5.16.0000) com pedido de liminar, buscando a desconstituição do acórdão proferido pelo TRT da 16ª Região. Em decisão de 16/05/2014, o Desembargador Relator concedeu a liminar requerida, suspendendo os atos da execução em curso no processo, até o trânsito em julgado da referida AR.

5. Comissão de Inquérito

Através da Portaria nº 90, de 16/02/2012, publicada no Diário Oficial da União de 27/02/2012, e com fundamento no artigo 61 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, combinado com o disposto no Capítulo IV, Seção II, da Lei nº 6.024, de 13/03/1974, a PREVIC constituiu uma Comissão de Inquérito para apurar as causas que levaram a CAPAF ao regime de Intervenção em que se encontra submetida, assim como a responsabilidade dos seus administradores e conselheiros.

Mediante Ofício nº 850/2013/ CGDC/DICOL, de 08/03/2013, a PREVIC comunicou à CAPAF o arquivamento do Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

Prorrogação do prazo de Intervenção na Entidade

Mediante Portaria nº 151, de 05/04/2016, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União de 06/04/2016, foi prorrogada por mais 180 dias, a contar de 10/04/2016, o prazo de Intervenção na CAPAF.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação dos novos Planos de Benefícios (Plano BD Saldado, Plano CV Saldado e Prev Amazônia) agregou segurança aos participantes aderentes, que terão a garantia do recebimento de seus benefícios.

Com a suspensão da liquidação dos Planos BD e CV permanece o impasse, já que não existem condições técnicas de equacionamento do déficit desses Planos.

Os recursos existentes no Plano CV ainda permitem fazer face ao pagamento mensal da folha de benefícios. Para os assistidos do Plano BD, permanece em vigor a decisão judicial (ainda não transitada em julgado) que determina que o Patrocinador aporte os recursos necessários ao pagamento da folha de benefícios.

Como o saldamento dos planos antigos contemplou apenas 52% dos participantes, persiste a situação de total desequilíbrio econômico-financeiro dos Planos BD e CV, que abrigam os participantes que não fizeram opção pelos Planos Saldados.

Continuamos buscando alternativas no sentido de solucionar o problema e, conseqüentemente, encerrar o regime especial de intervenção.

Belém, Pará, 17 de maio de 2016

Nivaldo Alves Nunes
Interventor da CAPAF

11. ANEXOS

11.1.	POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS	01
11.2.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	02
11.3.	PARECERES ATUARIAIS	03
11.4.	PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE	04